

OFÍCIO SEMED-SEC Nº 556/2025

Divinópolis, 28 de abril de 2025.

Ao Senhor
Matheus da Silva Tavares
Secretário Municipal de Governo
Av. Paraná, 2601, Bairro São José
CEP: 35501-170 - Divinópolis/MG

Assunto: Resposta ao Requerimento nº CM 1253/2025, vereador Vitor costa, que solicita informações referentes à construção da Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro, no bairro Niterói

Senhor Secretário,

Segue as informações solicitadas no requerimento em questão:

1 - Informamos que o Termo de Compromisso nº. 202141388-1, referente à construção da Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro foi firmado entre o Município de Divinópolis/MG e o Governo Federal através do FNDE em 04/10/2024.

2 - Em relação ao repasse de recursos, conforme descrito nos incisos VIII e IX do Termo de Compromisso, os recursos serão transferidos em parcelas, de acordo com a execução da(s) obra(s), sendo a primeira no montante de até 15%, após inserção da ordem de início de serviço no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC), módulo Obras 2.0.

Para a transferência das demais parcelas, será necessário que a entidade solicite desembolso no SIMEC, módulo Obras 2.0, sendo que a transferência será realizada após a aferição da evolução física da(s) obra(s) e avanço de no mínimo 5%, comprovado mediante relatório de vistoria inserido no SIMEC, módulo Obras.2.0, e aprovado pela equipe técnica do FNDE.

3 e 4 - Sobre o processo licitatório e a contratação de empresa para a execução da obra, informamos que em janeiro de 2025 houve um certame para a contratação de empresa para a execução da obra, porém esse processo foi suspenso para adequação na planilha orçamentária.

Após a reformulação da Planilha Orçamentária foi dado início ao novo Processo Licitatório nº. 032/2025, Concorrência Pública nº. 07/2025, publicado em 11/03/2025 e abertura das propostas em 31/03/2025. Esse processo está em fase de análise de documentos técnicos e contábeis.

5 - A Escola professor Darcy Ribeiro será construída com projetos próprios que foram elaborados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação.

Para que o Termo de Compromisso fosse firmado junto ao FNDE, os projetos foram aprovados junto ao Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária, conforme comprovantes anexos.

6 - Considerando que o processo licitatório está em fase de análise documental, a obra ainda não foi iniciada.

7 - O Termo de Compromisso possui valor total de R\$ 4.187.7544,85, sendo R\$ 41.877,55 referente à Contrapartida obrigatória do município e R\$ 4.415.877,30 o valor de repasse do FNDE.

8 - O início da obra depende da habilitação da empresa, homologação do processo com adjudicação da empresa vencedora, elaboração de contrato e por fim a emissão da ordem de serviço. Dessa forma, não é possível prever uma data para início da obra.

9 - Segue uma via do Termo de Compromisso e do Projeto Básico conforme solicitado.

Sendo o que se apresenta para o momento, nos colocamos à disposição.

Atenciosamente,

Jordana de Freitas Bueno
Diretora Financeira Administrativa

Iracema Silva Sousa
Gerente de Planejamento/Engenharia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

TERMO DE COMPROMISSO

202141388-1

EXTRATO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR						
IDENTIFICAÇÃO DO ENTE FEDERADO						
01 - PROGRAMA(S) PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS 4º CICLO					02 - EXERCÍCIO 2024	
03 - N° PROCESSO 23400.000396/2021-11						
04 - NOME DA ENTIDADE PM DIVINOPOLIS					05 - N.º DO CNPJ 18.291.351/0001-64	
06 - ENDEREÇO AVENIDA PARANÁ, 2601, BAIRRO SÃO JOSÉ		07 - MUNICÍPIO DIVINÓPOLIS			08 - UF MG	
IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR DA ENTIDADE						
09 - NOME					10 - CPF	
IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DAS AÇÕES FINANCIADAS						
Código do Planejamento	Iniciativa	Número de Identificação da Obra	Tipo de Obra	Valor Total Orçado	Valor da Contrapartida	Valor do MEC/FNDE
39123	4 - CONSTRUIR ESCOLA OU CRECHE	4004603	CRECHE PRé-ESCOLA - PROJETO PRóPRIO	R\$ 4.187.754,85	R\$ 41.877,55	R\$ 4.145.877,30
TOTAL GERAL PACTUADO						R\$ 4.187.754,85
11 – LOCALIZAÇÃO						
NOME DA OBRA:	ESCOLA PROFESSOR DARCY RIBEIRO					
ESCOLA BENEFICIADA:	-					
ENDEREÇO:	RUA DO COBRE, 225, e bairro NITERÓI					
12 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO						

MÊS INICIAL:
10/2024

MÊS FINAL:
04/10/2027

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012 e a Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) nº 4, de 4 de maio de 2020, a **Prefeitura Municipal de DIVINÓPOLIS/MG** compromete-se a executar as ações elaboradas no Plano de Ações Articuladas (PAR), conforme condições a seguir estabelecidas:

I - A(s) obra(s) acima discriminada(s) deverá(ão) ser executada(s) consoante as regras definidas na Resolução CD/FNDE nº 4/2020, cujas disposições fazem parte integrante deste Termo de Compromisso, bem como respeitando os prazos estabelecidos no documento em anexo;

II - Previamente à celebração deste Termo de Compromisso, o ente federativo compromete-se a observar o disposto no art. 10 da Resolução CD/FNDE nº 4/2020, o qual estabelece:

a) aplicação mínima de recursos na área da Educação, em atendimento ao disposto no art. 212, da Constituição Federal, e no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea "b", da Lei Complementar nº 101, de 2000;

b) aplicação mínima de recursos na área da Saúde, em atendimento ao disposto no art. 198, § 2º, da Constituição Federal, nos arts. 6º e 7º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea "b", da Lei Complementar nº 101, de 2000;

c) - a observância dos limites com despesa total de pessoal, nos termos do art. 169, § 2º, da Constituição de 1988, e do art. 25, § 1º, IV, c, da Lei Complementar nº 101, de 2000 - LRF;

d) - o cumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de regime próprio de previdência social, nos termos do art. 167, inciso XIII, da Constituição de 1988;

e) a previsão de contrapartida na sua Lei Orçamentária.

III - A comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel destinado à execução da (s) obra(s) acima discriminadas, mediante certidão emitida por cartório de registro de imóveis competente, é condição indispensável à celebração deste Termo de Compromisso, podendo alternativamente ser admitidos os documentos previstos no art. 26, § 2º e seguintes, da Portaria Conjunta nº 33, de 30 de agosto de 2023;

IV - Os recursos financeiros recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR), deverão ser executados de acordo com os projetos fornecidos ou aprovados (desenhos técnicos, memoriais descritivos e especificações), observando os critérios de qualidade técnica que atendam às determinações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como os prazos e os custos previstos neste Termo de Compromisso;

V - O prazo de vigência deste Termo de Compromisso, com seu início estabelecido de acordo com o art. 13, § 4º da Resolução CD/FNDE nº 4/2020, corresponderá ao prazo de execução previsto por tipologia de obra, segundo os meses indicados na tabela em anexo e devidamente identificado no extrato de execução do PAR;

VI - O prazo de vigência deste Termo de Compromisso poderá ser prorrogado, excepcionalmente, mediante proposta do ente federativo, devidamente formalizada e justificada no SIMEC, no prazo máximo de até sessenta dias antes do término de sua vigência;

VII - A prorrogação de ofício do prazo de vigência deste Termo de Compromisso será realizada antes do seu término, quando o FNDE der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

VIII - Os recursos serão transferidos em parcelas, de acordo com a execução da(s) obra(s), sendo a primeira no montante de até 15%, após inserção da ordem de início de serviço no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC), módulo Obras 2.0;

IX - Para a transferência das demais parcelas, será necessário que a entidade solicite desembolso no SIMEC, módulo Obras 2.0, sendo que a transferência será realizada após a aferição da evolução física da(s) obra(s) e avanço de no mínimo 5%, comprovado mediante relatório de vistoria inserido no SIMEC, módulo Obras.2.0, e aprovado pela equipe técnica do FNDE;

X - No caso de reduzida disponibilidade financeira, os critérios utilizados para a liberação dos recursos deverão observar a ordem de prioridade prevista no art. 16, inciso III, da Resolução CD/FNDE nº 4/2020;

XI - O valor total deste Termo de Compromisso e a contrapartida, encontra-se no Extrato de execução. Contrapartida, conforme disposto no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea "d", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

XII - A contrapartida deverá ser depositada, pelo ente federado, na conta bancária específica deste Termo de Compromisso, durante a execução da(s) obra(s), de acordo com o correspondente cronograma de desembolso apresentado pelo gestor;

XIII - Os valores referidos acima serão aplicados, exclusivamente, no objeto ora firmado e não poderão ser utilizados para a execução de serviços não contemplados na planilha orçamentária pactuada;

XIV - Os recursos financeiros transferidos pelo FNDE e a contrapartida, deverão ser utilizados dentro do prazo de vigência deste Termo de Compromisso, devendo a movimentação dos recursos realizar-se, exclusivamente, por meio eletrônico, no qual seja devidamente identificada a titularidade das contas correntes de fornecedores ou prestadores de serviços, beneficiários dos pagamentos realizados pelos municípios, estados e Distrito Federal, conforme dispõe o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011;

XV - O instrumento deverá ser executado em estrita observância ao objeto pactuado, sendo vedado efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Compromisso, salvo se o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

XVI - Enquanto não utilizados pelos municípios, estados e Distrito Federal, os recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança aberta especificamente para essa finalidade, quando a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês, e em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou em operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública federal, se a sua utilização ocorrer em prazo inferior a um mês;

XVII - As aplicações financeiras de que trata o item anterior deverão ocorrer na mesma conta corrente e instituição bancária em que os recursos financeiros foram creditados pelo MEC/FNDE;

XVIII - O FNDE poderá suspender a liberação das parcelas previstas e determinar à instituição financeira oficial a suspensão da movimentação dos valores da conta vinculada do ente federado, caso haja descumprimento deste Termo de Compromisso, até a regularização da pendência e, caso isso não ocorra, o instrumento poderá ser cancelado;

XIX - Indicar profissional devidamente habilitado, da área de engenharia civil ou arquitetura, para exercer as funções de fiscalização da(s) obra(s), com emissão da respectiva Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT);

XX - Responsabilizar-se, com recursos próprios, pela implementação de obras e serviços de terraplenagem e contenções, infraestrutura de redes (água potável, esgotamento sanitário, energia elétrica e telefonia), assim como aqueles necessários à implantação do(s) empreendimento(s) no(s) terreno(s) tecnicamente aprovado(s), uma vez que o valor de responsabilidade do FNDE refere-se exclusivamente aos serviços de engenharia constantes nas planilhas orçamentárias do(s) projeto(s) pactuado(s) e aprovado(s);

XXI - Os projetos padronizados são fornecidos pelo FNDE em nível de projeto básico, cabendo ao ente federado, previamente ao processo licitatório, revisá-los e promover eventuais adaptações, conforme necessidade local, devendo ainda, atualizar a respectiva planilha orçamentária, sem a necessidade de nova análise do FNDE, com exceção de projeto de fundação, que deverá ser submetido à aprovação da Autarquia, bem como alterações significativas no projeto arquitetônico do objeto pactuado, no qual o ente federativo deverá inserir a solicitação no SIMEC, módulo Obras 2.0;

XXII - Realizar licitação para as contratações necessárias à execução da(s) obra(s), obedecendo a legislação federal vigente e as disposições do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 e do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, sem prejuízo da observância das normas estaduais, distritais e municipais;

XXIII - Executar a(s) obra(s) no terreno previamente aprovado, não sendo autorizada alteração do local que receberá as benfeitorias, salvo em caso excepcional a ser avaliado e acatado pelo FNDE;

XXIV - Realizar o acompanhamento da execução físico-financeira deste Termo de Compromisso, devendo cientificar o FNDE sobre a aplicação dos recursos e a consecução do objeto, assim como registrar a data prevista para inauguração e início de funcionamento da(s) respectiva(s) unidade(s) escolar(es), por meio do preenchimento de informações e inserção de documentos no módulo Obras 2.0 do SIMEC;

XXV - Garantir, com recursos próprios, a conclusão da(s) obra(s) e sua entrega à população, no caso de o valor de responsabilidade do FNDE se revelar insuficiente;

XXVI - Assegurar e destacar obrigatoriamente a participação do Governo Federal e do FNDE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto pactuado, obedecendo ao modelo-padrão estabelecido, bem como apor a marca do Governo Federal em placas de identificação da(s) obra(s) custeada(s) com os recursos transferidos à conta do PAR, obedecendo ao disposto na Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República;

XXVII - Submeter-se às orientações expedidas pelo Governo Federal acerca das condutas vedadas no período eleitoral;

XXVIII - Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Termo de Compromisso, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados obtidos;

XXIX - Permitir o livre acesso aos órgãos de controle e à Auditoria do FNDE, a todos os atos administrativos e aos registros dos fatos relacionados direta ou indiretamente com o objeto pactuado;

XXX - Prestar esclarecimentos sobre a execução física e financeira das ações do PAR, sempre que solicitado pelo FNDE, pelas secretarias do Ministério da Educação (MEC), pelos órgãos de controle, pelo Ministério Público ou por órgão ou entidade com delegação para esse fim;

XXXI - Os municípios, os estados e o Distrito Federal deverão devolver ao FNDE os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações, no prazo estabelecido para a apresentação da prestação de contas;

XXXII - O FNDE poderá autorizar a utilização dos saldos financeiros remanescentes mediante justificativa fundamentada do ente beneficiário e posterior aprovação pelo setor competente da Autarquia, podendo no caso de construção, reforma e ampliação de unidades escolares, ser utilizados para a execução de serviços não previstos no projeto aprovado, desde que destinados à melhoria do objeto pactuado;

XXXIII - Lavrar o termo de aceitação definitiva da(s) obra(s) e registrá-lo no módulo Obras 2.0 do SIMEC;

XXXIV - Emitir os documentos comprobatórios das despesas em nome do município, do estado ou do Distrito Federal, com a identificação do FNDE e do PAR e arquivar as vias originais em sua sede, ainda que utilize serviços de contabilidade de terceiros, juntamente com os documentos de prestação de contas, pelo prazo de vinte anos contados da data da aprovação da respectiva prestação de contas ou do julgamento da Tomada de Contas Especial pelo Tribunal de Contas da União (TCU), quando for o caso;

XXXV - O ente federado deverá, por meio do SIMEC, prestar contas dos recursos recebidos, até sessenta dias após o término da vigência deste Termo de Compromisso, de sua rescisão ou da conclusão da execução das ações, conforme previsto no Capítulo X da Resolução CD/FNDE nº 4/2020;

XXXVI - Incluir no orçamento anual do ente federado os recursos recebidos para execução do objeto deste instrumento, conforme dispõe a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

XXXVII - Não considerar os valores transferidos no cômputo dos 25% de impostos e transferências devidos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal;

XXXVIII - Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Compromisso, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;

XXXIX - Adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Compromisso, em atendimento, ainda, às disposições da Resolução CD/FNDE nº 4/2020 e normativos pertinentes à matéria;

XL - Validar este Termo de Compromisso com vistas à consecução do objeto pactuado, utilizando a senha fornecida ao gestor do ente federado, no prazo de quarenta e cinco dias, prorrogáveis por igual período, caso contrário o ato tornar-se-á sem efeito, sendo a respectiva nota de empenho cancelada e a iniciativa arquivada no SIMEC;

XLI - A eficácia deste Termo de Compromisso e de eventuais aditivos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União (DOU), que será providenciada no prazo de até vinte dias a contar de sua validação;

XLI - Assumir a obrigação de preencher a aba "Funcionamento da obra", no sistema SIMEC - Módulo Obras 2.0., com informações das datas de conclusão e inauguração da(s) obra(s), a partir do momento em que a obra apresentar execução total acumulada de 70%, sem prejuízo dos demais dados necessários;

XLII – Fica ciente que o não preenchimento da aba "Funcionamento da obra" impede a inserção de uma nova vistoria e/ou a solicitação de desembolso de recursos.

Declaro, em complementação, que o ente federado cumpre com as exigências do art. 169 da Constituição Federal, o qual trata dos limites de despesa com pessoal, e que os recursos de sua responsabilidade estão assegurados, conforme Lei Orçamentária.

Brasília/DF, 04 de OUTUBRO de 2024

GLEIDSON GONTIJO DE AZEVEDO - (015.302.986-28)

PM DIVINOPOLIS - (18.291.351/0001-64)

VALIDAÇÃO ELETRÔNICA DO DOCUMENTO

Validado por GLEIDSON GONTIJO DE AZEVEDO - CPF: 015.302.986-28 em 07/10/2024 10:51:01



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Avenida Paraná, nº 2.601, sala 410 – Bairro São José – Divinópolis, Minas Gerais – CEP: 35.501-170
(37) 3229-6822 – visadivinopolis.projetos@gmail.com

PARECER TÉCNICO DE APROVAÇÃO Nº. 115/22 DE 26/12/2022

ASSUNTO: Projeto de adequação de estabelecimento de interesse da saúde

ESTABELECIMENTO: CENTRO MUNICIPAL PROFESSOR DARCY RIBEIRO- CEMEI

ENDEREÇO: Rua do Cobre, s/n – Bairro Niterói

Divinópolis / MG

OBJETIVOS/ATIVIDADES

- Educação Infantil/Creche, destinada ao desenvolvimento de crianças de 02 a 04 anos de idade.

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO

- Emily Garcia Camargos – CREA MG 282122

RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO

- Andreia Carla Ferreira Dimas – CPF 044.681.736-88

ANÁLISE ANTERIOR

- Parecer técnico de indeferimento 183/22 de 19/12/2022

QUESITOS NÃO ATENDIDOS

- Corrimão duplo, com alturas de 0,70m e 0,92m nas laterais da rampas de acesso de pedestres.

NOTA

• A aprovação dos projetos de estabelecimentos de saúde e de interesse de saúde pela vigilância sanitária não exclui a necessidade de sua avaliação pelos demais órgãos competentes da Administração Pública para respectiva aprovação e atendimento das demais obrigações legais, em especial ao Corpo de Bombeiro do Estado de Minas Gerais.

CONCLUSÃO

O projeto de reforma e adequação de área física do estabelecimento **CENTRO MUNICIPAL PROFESSOR DARCY RIBEIRO- CEMEI**, em Divinópolis/ MG, poderá ser considerado aprovado para fins de liberação de Alvará Sanitário, depois de sanadas as irregularidades apontadas neste parecer.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

Avenida Paraná, nº 2.601, sala 410 – Bairro São José – Divinópolis, Minas Gerais – CEP: 35.501-170
(37) 3229-6822 – visadivinopolis.projetos@gmail.com

Ademais, após a conclusão das obras/serviços, a VISA/SEMUSA/Divinópolis deverá julgar satisfatórios os requisitos observados *in loco* durante visita de inspeção ao estabelecimento, tendo como referência este Parecer, o projeto e os demais documentos em anexo, razão por que essa documentação permanecerá arquivada na VISA/SEMUSA/Divinópolis.

Anna C.M. Oliveira

ANNA CLAUDIA MARCONDES DE OLIVEIRA
Arquiteta e Urbanista
DVS/SEMUSA



Gerir Projeto de Segurança





Voltar



Imprimir Resumo



Atualização de Dados Cadastrais



Solicitar Vistoria



Substituir Projeto



Formulário de Atendimento Técnico

Situação Atual: APROVADO

Número Projeto: PRJ2022031411

- Dados do Projeto
- Dados Edificação
- Regiões
- Responsabilidade Técnica
- Documentos
- Medidas de Segurança
- Riscos Especiais
- Situação
- Notificações
- Modificações
- Serviços
- FAT

Proprietário MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS	CPF/CNPJ 18.291.351/0001-64	Fone (37) 99802-8797	E-mail emilycamargos@hotmail.com
Responsável pelo Uso MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS	CPF/CNPJ 18.291.351/0001-64	Fone (37) 99802-8797	E-mail emilycamargos@hotmail.com
Altura da Edificação (m) 0,00	Nº de Pavimentos 1	Carga de Incêndio MEDIA - de 300 a 800 MJ/m²	Situação da Edificação Nova
Área Total do Projeto (m²) 1.384,23			

Endereço			
Município DIVINÓPOLIS	UF MG	Tipo Logradouro RUA	Título Logradouro -
Logradouro público RUA DO COBRE	Número S/N	Complemento ZONA 27	Bairro NITEROI
CEP 35.500-227	Quarteirão 02	Lote 163, 178, 361, 377	Apelido -
Latitude -	Longitude -	Situação Endereço INVÁLIDO	Trata-se de endereço comum a outras edificações? NÃO

Elementos Estruturais	
Estrutura Portante CONCRETO	Estrutura de sustentação da cobertura OUTROS

Reserva D'água		
Tipo de reservatório ELEVADO	Reserva de consumo (m³) 28	RTI de HI (m³) 8



Assinantes

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse
o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

4WL**700****902****LGX**